

# TERMINOLOGIA E LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

RENATO BELUCHE\*

## RESUMO

Este artigo visa a discutir algumas questões relacionadas à importância dos estudos terminológicos na elaboração de vocabulários controlados. Buscamos levantar algumas considerações sobre o papel das Linguagens Documentárias na transformação do conhecimento em informação. Pensamos, ainda, como a informação possa ser adequada aos diferentes segmentos sociais e retornar à esfera da circulação sendo novamente transformada em conhecimento. Para compreender melhor a contribuição da Terminologia na elaboração de vocabulários controlados, buscamos – orientados pelos estudos do filósofo francês Michel Foucault – desenvolver uma análise histórica da ordenação, divisão e a hierarquização que caracterizaram o mundo ocidental desde o século XIX. Para enriquecer a abordagem, utilizamos algumas idéias traçadas por Jorge Luis Borges, em seu ensaio *O idioma analítico de John Wilkins*.

**PALAVRAS-CHAVES:** linguagem documentária; vocabulário controlado; terminologia – aspectos sociais; terminologia – estudo; hierarquização – história

## O PROBLEMA

Todos nós, em algum momento, já padecemos um desses debates inapeláveis em que uma dama, esbanjando interjeições e anacolutos, jura que a palavra “lua” é mais (ou menos) expressiva que a palavra “moon”. Afora a evidente observação de que o monossílabo “moon” talvez seja mais apto para representar um objeto muito simples que a palavra dissílaba “lua”, nada se pode acrescentar a tais debates (BORGES, 1999, p. 92).

Por meio de uma linguagem sutil, e não menos irônica, Borges nos apresenta uma questão capital nas Linguagens Documentárias

---

\* Bacharel em História – UNESP; Mestre em Ciências Sociais – UFSCar. E-mail: [renatobeluche@yahoo.com.br](mailto:renatobeluche@yahoo.com.br)

(LDs): a codificação ou a transformação do conhecimento em informação. Segundo Anna Maria Marques Cintra, “(...) compete às LDs transformar estoques de conhecimento em informações adequadas aos diferentes segmentos sociais” (2005, p. 16). Para que o conhecimento produzido por um enunciador, transformado em informação através das LDs, cumpra seu “ciclo”, ou seja, retorne à esfera da circulação, é preciso que essa informação seja novamente transformada em conhecimento através da possibilidade de seu acesso. Segundo Pieruccini (2004), apenas o acesso não basta para transformar a informação em conhecimento. É preciso, além do acesso, dominar algumas competências e habilidades que possam nos inserir na lógica dos dispositivos informacionais, e, assim, transformar produtos informacionais em bens simbólicos.

Frente a essas questões, os estudos terminológicos têm, cada vez mais, contribuído na elaboração das LDs. Nessa perspectiva, a estranheza de Borges se desfaz: não são meras divagações de uma dama às quais “nada se pode acrescentar”, como, ironicamente, ele nos sugere, mas, ao contrário, podem se configurar como objeto de uma ciência relativamente nova: a Terminologia (LARA, 2005, p. 3).

## **A PREOCUPAÇÃO COM A ORDENAÇÃO**

A preocupação com a ordenação, divisão e hierarquização extrapolam as LDs e fazem parte, segundo o filósofo francês Michel Foucault, da constituição da episteme Ocidental.

Jorge Luís Borges, em *Outras Inquisições*, analisa, entre outras coisas, o idioma analítico proposto por John Wilkins. Wilkins viveu no século XVII. Foi capelão de Carlos Luís (príncipe palatino), reitor de um dos colégios de Oxford e primeiro secretário da Real Sociedade de Londres. Interessou-se por inúmeros projetos (teologia, música, confecção de colméias, criptografia etc.), mas se destacou por suas preocupações com a criação dos princípios de uma linguagem universal. Em seu livro *An Essay towards a Real Character and a Philosophical Language*, de 1668, dividiu o universo em quarenta categorias ou gêneros, subdivisíveis em diferenças e espécies. Após a divisão, atribuiu a cada gênero um monossílabo de duas letras, a cada divisão uma consoante e a cada espécie uma vogal. Desse modo, por exemplo, “*de* quer dizer elemento; *deb*, o princípio dos elementos, o fogo; *deba*, uma porção do elemento fogo, uma chama”. Esse modelo inspirou outros idiomas, como nos mostra Borges:

No idioma análogo de Letellier (1850), *a* quer dizer animal; *ab*, mamífero; *abo*, carnívoro; *aboj*, felino; *aboje*, gato; *abi*, herbívoro; *abiv*, eqüino; etc. No de Bonifacio Sotos Ochando (1845), *imaba* quer dizer edifício; *imaca*, serrvalho; *imafe*, hospital; *imafo*, lazareto; *imarri*, casa; *imaru*, chácara; *imedo*, poste; *imede*, pilar; *imego*, piso; *imela*, teto; *imogo*, janela; *bire*, encadernador; *birer*, encadernar (1999, p. 93).

Essa necessidade de organização, divisão e hierarquização do mundo nasce, segundo Michel Foucault, em *As palavras e as coisas* (2002), da mudança na episteme da cultura ocidental que marca o limiar da nossa modernidade. Segundo o filósofo, a percepção da razão como um contínuo

(...) não passa, certamente, de um efeito de superfície; no nível arqueológico, vê-se que o sistema das positivities mudou de maneira maciça na curva dos séculos XVIII e XIX. Não que a razão tenha feito progressos, mas o modo de ser das coisas e da ordem que, distribuindo-as, oferece-as ao saber, é que foi profundamente alterado (FOUCAULT, 2002, p. xix).

Para o filósofo francês, o século XVIII e XIX marca o nascimento de uma nova forma de pensar e ordenar o mundo. Essa nova forma tem como modelo hegemônico as taxonomias da nascente biologia. Assim, dividir, ordenar e hierarquizar tornam-se imperativos em todas as áreas. Temos, portanto, o nascimento da modernidade. Época caracterizada pela taxonomia e, na qual, todas as instituições serão seriadas e hierarquizadas, como, por exemplo: a escola, o hospital, a prisão e o quartel. Essas semelhanças são expressas por Foucault (2001, p. 187): “devemos nos admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com as prisões?”

No que tange às nossas preocupação em relação às LDs, é importante destacar que, antes do século XIX, as ordens classificatórias de livros eram as mais simples, geralmente expressas em ordenação alfabética, por título. Essa classificação “primária” não deve ser entendida devido ao tamanho reduzido dos acervos. Existiram grandes bibliotecas, como a biblioteca de Al-Hakim, no século X, da qual só o catálogo era composto por 44 volumes e o acervo possuía por volta de 500 mil livros – alguns relatos, um século mais tarde, diziam que essa biblioteca chegou a possuir mais de um milhão de volumes (BATTLES, 2003, p. 70). Mesmo em uma colônia como o Brasil, na qual não se tinha nenhum interesse em constituir uma civilização, houve grandes bibliotecas, como a de Salvador, com nada menos de 15 mil volumes (MORAES, 1979).

Por volta do século XVIII e XIX, os saberes são reordenados.

Nasceram as ciências humanas: “(...) a partir do século XIX, o campo epistemológico se fragmenta, ou, antes, explode em direções diferentes” (FOUCAULT, 2002, p. 478). Surge, assim, de maneira formal, uma série de campos do saber, relativamente autônomos enquanto métodos e idéias. Temos, assim, a reorganização de campos já existentes, como a filosofia, e a criação de novos, como a psicologia e a sociologia.<sup>1</sup>

Não é por acaso que no século XVIII surgiram dois modos de organização da informação nas bibliotecas: as fichas catalográficas, em ordem alfabética, e a organização de índice em árvores do conhecimento (DIAS, 1999, p. 271). Além disso, no século XIX, Melville Louis Kossuth Dewey, apropriando-se e remodelando o sistema de coordenadas fixas de Panizzi (da biblioteca do Museu Britânico) e a classificação de William Torrey Harris (apoiado na epistemologia tripartida de Bacon, que dividiu os livros em história, poesia e filosofia), desenvolveu a classificação decimal conhecida como CDD (Classificação Decimal de Dewey).

Essa necessidade de ordenação também é sentida na língua. Entre os séculos XVIII e XIX houve um aumento significativo do número das gramáticas, bem como a implementação do ensino público e gratuito. Em suma, houve a consolidação da sociedade industrial em conjunto com a emergência de uma nova episteme moderna, levando, conseqüentemente, ao aumento da preocupação com a padronização lingüística. Iniciou-se, portanto, a preocupação com a nomenclatura, que foi substituída parcialmente e progressivamente pela preocupação com a terminologia (BARROS, 2004, p. 31).

## TERMINOLOGIA E LDs HOJE

Como vimos, a preocupação com a padronização lingüística não é recente, embora a sistematização da terminologia como um campo autônomo de pesquisa possa ser datado na década de 1930. É nesse período que foram realizados os primeiros trabalhos de definição teórico-metodológico em que “dá-se ênfase ao caráter sistemático das terminologias” (BARROS, 2004, p. 35).

---

<sup>1</sup> Utilizamos o conceito de campo no sentido dado por Bourdieu (2005, p. 226-227): “pensar cada um dos espaços de produção cultural [o autor utiliza a noção cultural no sentido lato – para ele pode-se trocar, sem perdas de conceituação, cultural por científico ou qualquer outra formação mais precisa como arte, literatura, medicina etc.] enquanto campo é evitar toda espécie de reducionismo (...). É preciso, da mesma maneira, pôr cientificamente à prova a ‘unidade cultural’ de uma época e sociedade (...) em nome de uma forma mais ou menos renovada de culturalismo, ainda que se trate daquela a qual Foucault encontrou a caução teórica na noção de episteme”.

A terminologia pode ser definida como um “campo inter e transdisciplinar que envolve a descrição e o ordenamento do conhecimento (nível cognitivo) e a sua transferência (nível comunicacional), e tem como elementos centrais os conceitos e termos” (LARA, 2005, p. 3). As análises terminológicas prestam significativas contribuições às LDs na produção de vocabulários controlados, pois

(...) a terminologia objetiva agilizar a comunicação entre especialistas, bem como entre especialistas e público em geral. Assume funções de comunicação e de representação, procura o consenso e propõe formas de controle da diversidade da significação (LARA, 2005, p. 6).

Ao passo que as LDs “são sistemas simbólicos instituídos que visam a facilitar a comunicação. Sua função comunicativa, entretanto, é restrita a contextos documentários, ou seja, as LDs devem tornar possível a comunicação do usuário-sistema” (CINTRA, 2005, p. 34).

Tanto a terminologia quanto as LDs tendem a uma normalização, por isso a distinção entre “termo”, “léxico” e “palavra” torna-se fundamental. Em uma análise lexical da língua natural (LN), a palavra pode assumir diferentes significados. Esse não é um defeito das LNs, ao contrário, é antes uma característica essencial para a interpretação do mundo (CINTRA, 2005, p. 69). Já as LDs têm uma função estritamente informativa. Nesse sentido, a polissemia ou plurissignificação prejudicariam o processo da indexação e recuperação da informação. Nessa perspectiva, a terminologia desempenharia um papel de destaque no estudo e na elaboração dos vocabulários controlados.

Levando em consideração essas reflexões, poderíamos indagar: até que ponto o impulso da construção de vocabulários controlados e a busca da monossemia não seriam uma tentativa eternamente frustrada de organização? Uma atualização de Sísifo?

Uma tentativa – contemporânea – de responder ao problema da normalização é apresentada pela Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) proposta por Maria Tereza Cabré. Na TCT, a ênfase normativa da terminologia clássica e a sua busca incessante para produzir a monossemia foi amenizada por concepções que levam em conta não apenas o campo específico da utilização do termo, mas também o contato, a cultura e a língua de forma mais geral. Segundo Lúcia Almeida,

(...) fora do contexto as unidades léxicas não são nem palavras, nem termos, mas apenas unidades léxicas. Não existe termo *per se*: a unidade lexical torna-se termo (assume o valor de termo) de acordo com o uso em um contexto expressivo e comunicacional específico (...) (BARROS, 2004, p. 57).

A completa produção de uma linguagem monossêmica esbarra nas características próprias da linguagem e na utilização por seus usuários,

Embora haja um esforço de neutralização de traços que fazem da LN um sistema aberto, heterogêneo e multiforme, as LDs acabam por assimilar algumas particularidades, uma vez que se valem de unidades da LN e são manipuladas freqüentemente por seres que têm na LN algo, naturalmente, incorporado a sua existência (CINTRA, 2005, p. 16).

Borges também destacou as ambigüidades, redundâncias e deficiências na tentativa de John Wilkins de criar seu vocabulário controlado: ao reportar a décima sexta categoria, refere-se a “um peixe vivíparo, oblongo”. Segundo Borges, “A impossibilidade de penetrar o esquema divino do universo não pode, contudo, dissuadir-nos de planejar esquemas humanos, mesmo sabendo que eles são provisórios” (BORGES, 1999, p. 95).

Assim, mesmo diante da imprecisão por que passam as LDs e a terminologia no seu afã classificatório e ordenatório, na busca da monossemia, não deveriam deixar de traçar e planejar esquemas lingüísticos controlados.

Para Borges, “não há classificação do universo que não seja arbitrária e conjetural”, e a razão é muito simples:

O mundo – escreve David Hume – talvez seja o rudimentar esboço de um deus infantil que o abandonou pela metade, envergonhado de sua execução deficiente; ou a obra de um deus subalterno, alvo de zombaria dos deuses superiores; ou a confusa produção de uma divindade decrépita e aposentada, que já morreu (BORGES, 1999, p. 94-95).

Talvez não haja ordem ou um sentido orgânico, mas “se houver, falta conjeturar seu propósito; falta conjeturar as palavras, as definições, as etimologias, as sinônimas do secreto dicionário de Deus” (BORGES, 1999, p. 95). Desse modo, as observações da dama que esbanja interjeições e anacolutos, a discussão sobre a representatividade e o sentido das palavras, sejam “*moon*”, “lua” ou outra qualquer, ganha um importante destaque, deixando, portanto, de ser mera especulação retórica na qual “nada se pode acrescentar” para se transformar em uma profícua e importante discussão.

## BIBLIOGRAFIA

BATTLES, Malthew. *A conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Planeta, 2003.

BORGES, Jorge Luís. *Obras completas*. São Paulo: Globo, 1999. v. 2.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CINTRA, Anna Maria Marques et al. *Para entender as linguagens documentárias*. São Paulo: Polis, 2005.

DIAS, Cláudia Augusto. Hipertexto: evolução histórica e efeitos sociais. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 28, n. 3, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651999000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 02 jun. 2007.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. *Elementos de terminologia*. (apostila para uso didático). 2005.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: SCCT-SP, 1979.

PIERUCCINI, Ivete. *A ordem informacional dialógica: estudo sobre a busca de informação em educação*. 194 f. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação). ECA-USP, 2004.

